

Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil

Resumo

O estudo tem como objetivo investigar o efeito da adoção das *International Financial Reports Standards* (IFRS) no grau de conservadorismo condicional nos demonstrativos contábeis das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Considerando que o processo de convergência às normas internacionais busca a padronização da divulgação da informação contábil e o incremento em sua qualidade, buscou-se investigar os padrões de qualidade da informação contábil das empresas brasileiras após a adoção das IFRS nas fases caracterizadas pelo período de 2008, com a adoção dos pronunciamentos contábeis (CPC) de 1 a 14, e a partir de 2010, com a adoção obrigatória do *full* IFRS. Para tal, utilizou-se amostra dos demonstrativos financeiros de 320 empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2000 a 2012. Como *proxy* de qualidade da informação, foi utilizado o atributo Conservadorismo, conforme proposto por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005). Os resultados não evidenciaram alteração no grau de conservadorismo nos demonstrativos analisados.

Palavras-chave: Conservadorismo condicional; Qualidade da Informação Contábil; Convergência a Normas Contábeis Internacionais.

Erivelto Fioresi de Sousa

Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School e Professor no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Cariacica. **Contato:** Rod. Governador José Sete, Itacibám, CEP.: 29150-410. Cariacica – ES
E-mail: erivelto.sousa@ifes.edu.br

Anderson Fioresi de Sousa

Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School e Professor no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Centro Serrano. **Contato:** Estrada Guilherme João Frederico Kruger s/n. Caramuru, CEP.: 29645-000. Santa Maria de Jetibá – ES
E-mail: andersonfioresi@gmail.com.br

Gladyson Brommonschenkel Demonier

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e Professor no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Viana. **Contato:** Rodovia BR-262, Km 12, Universal, CEP.: 29135-000. Viana – ES
E-mail: gladysondemonier@yahoo.com.br

Introdução

Este estudo tem como objetivo verificar evidências de alteração no grau de conservadorismo contábil nos demonstrativos financeiros divulgados pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA, com a adoção das *International Financial Reports Standards* (IFRS). Sendo assim, essa pesquisa é constituída a partir das alterações provenientes das Leis n.ºs. 11.638/2007 e 11.941/2009, que alteraram os dispositivos da Lei n.º 6.404/1976, regulamentando o início do processo das mudanças dos padrões contábeis brasileiros para o padrão baseado em IFRS.

A partir do encerramento do exercício de 2008, as empresas brasileiras passaram a preparar seus demonstrativos contábeis empregando as normas internacionais de forma facultativa e a partir do encerramento do exercício de 2010 de forma obrigatória, o que permitiu aos gestores adotarem políticas contábeis mais flexíveis, nas quais prevalece a essência sobre a forma, possibilitando assim o reconhecimento e a mensuração dos fatos contábeis mais adequadamente à realidade econômica da organização (Santos & Sales e Cia, 2009).

Corroborando, Saiki e Antunes (2010) argumentam que a adoção das normas internacionais trouxe inovações tanto na elaboração dos demonstrativos contábeis quanto nas escolhas das práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras, permitindo que os gestores utilizem a sua discricionariedade na definição dos critérios contábeis adotados.

Nesse sentido, Hendriksen e Van Breda (1999) apresentam algumas situações, tais como a avaliação dos ativos e sua depreciação, nas quais, utilizando os padrões internacionais de contabilidade, é possível optar por mais de uma alternativa de reconhecimento do mesmo fato contábil, afetando o resultado da empresa, ora aumentando-o, ora diminuindo-o.

Essa discricionariedade permite pressupor que a adoção das normas contábeis internacionais está associada ao aumento na qualidade das informações contábeis, uma vez que os gestores, fundamentando suas escolhas em princípios e, não, somente em regras, poderiam realizar uma contabilidade mais fidedigna à realidade da empresa (Grecco, Geron, & Formigoni, 2009). Um dos elementos que pode estar intrinsecamente relacionado a esse aumento de qualidade da informação é o conservadorismo contábil (Dechow, Ge & Schrand, 2010; Watts, 2003a), característica que Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005) definem como sendo o reconhecimento mais tempestivo das “más” notícias quando comparados ao reconhecimento das “boas” notícias. O conservadorismo contábil tem sido destacado na literatura como *proxy* da qualidade da informação contábil (Dechow *et al.*, 2010; Penman & Zhang, 2002; Watts, 2003a). O presente estudo segue a literatura, tomando como *proxy* da informação o conservadorismo condicional.

Com base no exposto, este estudo pretende responder à seguinte questão: **A adoção das normas contábeis internacionais alterou o grau de conservadorismo nas empresas brasileiras?**

Para responder a essa questão, foram utilizados os modelos sobre conservadorismo condicional propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005) adaptados, aplicados à amostra de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) no período de 2000 a 2012.

O estudo estende as pesquisas anteriores acerca dos impactos da adoção das IFRS no mercado de capitais brasileiro e, com isso, espera-se contribuir para o desenvolvimento da literatura, evidenciando a relação das normas internacionais contábeis na qualidade da informação, acreditando ser de interesse tanto de pesquisadores quanto do mercado. Os resultados encontrados não evidenciaram alteração no grau de conservadorismo condicional nos demonstrativos financeiros divulgados no período analisado.

A sessão seguinte apresenta um referencial teórico acerca do tema e revisão da literatura existente em relação às normas internacionais de contabilidade e qualidade da informação contábil. A terceira sessão descreve a metodologia usada para medidas de eficiência. A sessão quatro apresenta os resultados encontrados na pesquisa, e, por fim, a quinta sessão fornece as considerações finais e conclusões da pesquisa.

Revisão de Literatura

IFRS e a Informação Contábil

A contabilidade exerce papel importante para os mercados financeiros, mitigando problemas, como assimetria da informação, conflitos de agência, custos de transação, entre outros (Santos, Lima, Freitas & Lima, 2011). A qualidade das informações contábeis, no entanto, é que tende a garantir eficiência informacional para os usuários, visto que há evidências de que ela traz consigo diversas consequências econômicas (Soderstrom & Sun, 2007).

A literatura aponta que a qualidade da contabilidade é função do sistema político, legal e institucional do país onde a empresa atua, considerados, inclusive os padrões contábeis adotados (Soderstrom & Sun, 2007). Assim, espera-se que as normas contábeis adotadas pelos países exerçam influência significativa na qualidade da informação contábil (Santos *et al.*, 2011).

Nesse contexto, o *International Accounting Standards Board* (Iasb) buscou desenvolver um conjunto de normas, internacionalmente aceitas, revestidas de características que conferissem alto grau de qualidade às informações contábeis (Barth, Landsman & Lang, 2008). Em 2005 as *International Financial Reports Standards* (IFRS) passaram a ser adotadas na União Europeia. No Brasil, em 2008, de forma facultativa, e, a partir de 2010, passou a ser obrigatória para todas as empresas listadas na bolsa de valores.

A adoção das IFRS tende a melhorar a qualidade dos relatórios financeiros, primeiro porque diminui a margem para a prática de gerenciamento oportunista por parte dos gestores – evidências apontam que tal adoção proporciona menor *earnings management*, maior oportunidade no reconhecimento das perdas, além de maior *value relevance* do lucro contábil (Barth *et al.*, 2008). Segundo, porque as normas internacionais, ao priorizarem a essência sobre a forma, fato comum em países com tradição *common law*, proporcionam lucro contábil mais oportuno que em países com tradição *code law*, como é o caso do Brasil (Santos *et al.*, 2011).

Estudos recentes reforçam que as mudanças nos padrões contábeis com a adoção das IFRS proporcionam melhorias na qualidade das informações contábeis. Daske, Leuz e Verdi (2008) pesquisaram sobre os efeitos econômicos da obrigatoriedade das IFRS em 26 países e concluíram que a adoção dos padrões internacionais provocou aumento da liquidez de mercado, diminuição do custo de capital e aumento do valor das empresas.

Barth, Landsman e Lang (2008), por sua vez, investigaram a associação da adoção das *International Accounting Standards* (IAS) com a maior qualidade da informação contábil em 21 países e concluíram que empresas que adotam as IAS geralmente apresentam aumento na qualidade da informação contábil em relação ao período anterior à adoção.

No Brasil, a Lei n.º 11.638/2007 foi o marco legal para que as empresas adotassem as IFRS. Sendo aprovada no final 2007 e entrando em vigor em 2008, em um ambiente de urgência, a autoridade reguladora determinou a adoção das normas internacionais no Brasil em duas fases. A primeira como um período de transição (2008 e 2009), em que foram aplicados os pronunciamentos contábeis (CPC) de 1 a 14, e a segunda fase, a partir de 2010, com a adoção obrigatória do *full IFRS* (Santos, 2010).

Nesse ambiente, Santos *et al.*, 2011 – investigaram os efeitos dessa lei no conservadorismo condicional das companhias listadas na BM&FBOVESPA, considerando, entretanto, apenas a adoção opcional das companhias, a partir de 2008. Os autores concluíram que, para a amostra analisada, não é possível inferir se as novas normas tiveram efeito sobre o nível de reconhecimento assimétrico entre perdas e ganhos.

Em linha com estes estudos, a presente pesquisa traz, novamente, a discussão acerca dos efeitos das IFRS no conservadorismo condicional das companhias listadas na BM&FBOVESPA, diferenciando-se por buscar resultados nas duas fases do processo de convergência às normas internacionais ocorridas no Brasil, com a adoção dos quatorze primeiros pronunciamentos contábeis (CPC), em 2008, chamada primeira fase da adoção, e a obrigatoriedade da adoção do *full IFRS*, a partir de 2010 (Santos, 2010).

Conservadorismo

A literatura acadêmica identifica dois tipos de conservadorismo: o conservadorismo condicional, também chamado de conservadorismo de lucro, e o conservadorismo incondicional, ou de balanço. À luz do conceito de *clean surplus accounting*, não haveria diferenças entre os dois tipos de conservadorismo, uma vez que variações em contas do balanço teriam reflexo no resultado (Feltham & Ohlson, 1995). Entretanto, no Brasil, bem como em alguns países, existem regras que permitem práticas contábeis que causam o reflexo diretamente no patrimônio líquido, em vez do resultado (Costa, Lopes & Costa, 2006).

O conservadorismo de lucro, também conhecido como conservadorismo condicional, é definido como um maior grau de verificabilidade para o reconhecimento dos ganhos do que para o reconhecimento das perdas (Watts, 2003b). Basu (1997) afirma, neste caso, que o lucro tende a refletir mais rapidamente as “más notícias” do que as “boas notícias”. Assim, o conservadorismo condicional captura a tendência da contabilidade em requerer maior grau de verificação das “boas notícias” do que das “más notícias” nos demonstrativos contábeis.

Já o conservadorismo incondicional está relacionado à adoção do menor valor para os ativos e receitas e maior valor para passivos e despesas entre duas ou mais possibilidades de registro (Ball & Shivakumar, 2005). Esse tipo de conservadorismo é uma resposta assimétrica à incerteza, visto que, a partir de diversas possibilidades de valores, adota-se o menor, independente de provável expectativa de perda econômica (Ball & Shivakumar, 2005).

Considerando que os relatórios financeiros são divulgados com o objetivo de fornecer informações para o mercado de capitais, alguns pesquisadores têm criticado a utilização de práticas conservadoras na contabilidade (Costa et al., 2006; Hendriksen & Breda, 1999; Penman & Zhang, 2002). Para Costa et al. (2006, p. 13), a “utilização excessiva do conservadorismo pode levar à divulgação de informações com falsos sinais para seus usuários”.

Nesse sentido, Penman e Zhang (2002) argumentam que o conservadorismo levanta dúvidas quanto à qualidade da informação contábil e do lucro. Para os autores, as práticas conservadoras criam “reservas ocultas”, visto que tais práticas subavaliam os ativos e supervalorizam os passivos. Adicionalmente, Hendriksen e Breda (1999) afirmam que o conservadorismo pode levar à falta de comparabilidade, por não haver padrões em sua implantação, além de afirmarem que conflita com o objetivo de divulgar toda informação relevante.

Tais críticas estão relacionadas, principalmente, ao conservadorismo incondicional, uma vez que, por esta perspectiva, a informação conservadora é divulgada com base em regras estabelecidas sem que esteja, necessariamente, lastreada em perspectivas prováveis de ocorrência de perdas econômicas, enviando a informação. De outro modo, o conservadorismo condicional antecipa as perdas econômicas, com base em estimativas prováveis de sua ocorrência (Ball & Shivakumar, 2005).

Assim, o conservadorismo condicional encontra justificativas na literatura para sua prática. Um efeito benéfico é sua função como mecanismo de governança corporativa beneficiando os usuários dos relatórios contábeis das empresas, uma vez que atua reduzindo o comportamento oportunístico dos gestores (Watts, 2003a). Esse processo é relevante principalmente, em países com sistema legal baseado em *code Law*, uma vez que o nível de proteção aos investidores é menor (LaPorta, López-de-Silanes, Shleifer & Vishny, 1998)

Outro exemplo é a estreita ligação que o conservadorismo guarda com as relações contratuais entre a empresa e terceiros (Watts, 2003a), de tal modo que ao contrapor-se à divulgação de informações enviadas por parte dos administradores o conservadorismo contribui para maior segurança no cumprimento das obrigações da empresa, já que os relatórios contábeis servem de referência para o estabelecimento de contratos (Paulo, Antunes & Formigoni, 2006).

Assim, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa: **As normas internacionais proporcionaram alteração no grau de conservadorismo condicional nas demonstrações financeiras divulgadas no mercado brasileiro.**

Metodologia

A amostra da pesquisa compreende as empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA no período de 2000 a 2012. A obtenção dos dados deu-se por meio da base Economatica®. Foram excluídas da amostra as empresa do setor financeiro e de seguros por possuírem características contábeis específicas.

No intuito de verificação da qualidade da informação contábil divulgada no mercado de capitais brasileiro, utilizou-se como *proxy* de qualidade o conservadorismo condicional. Para estimar os indicadores de conservadorismo condicional, partiu-se do modelo proposto por Basu (1997):

$$\frac{Luc_{i,t}}{P_{i,t-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 D_{i,t} + \alpha_2 \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \alpha_3 D_{i,t} \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Em que:

$Luc_{i,t}$ = Lucro líquido (contábil) anual por ação da empresa i no período t ;

$D_{i,t}$ = Variável *Dummy* que assume 1 se o retorno for negativo e 0 caso o retorno seja positivo.

$P_{i,t-1}$ = Preço da ação da empresa i no final do ano anterior ($t-1$).

$RE_{i,t}$ = Retorno da empresa i no período t obtido pela diferença $P_{i,t} - P_{i,t-1}$ (ajustado pelo pagamento de dividendos);

$\varepsilon_{i,t}$ = Termo de erro da regressão.

Para controle da heteroscedasticidade e do efeito escala, as variáveis foram deflacionadas pelo preço da ação no ano anterior (Basu, 1997).

Os coeficientes α_1 e α_3 capturam o reconhecimento assimétrico das “boas” e “más” notícias, sendo que α_1 mede a defasagem temporal entre o reconhecimento das “boas” e “más” notícias e α_3 mede a intensidade dessa defasagem. O maior nível de conservadorismo contábil está associado a valores positivos e mais significativos para α_1 e α_3 . Conforme interpretação de Basu (1997), o coeficiente α_3 irá evidenciar o reconhecimento do retorno econômico pelo lucro, tanto positivo quanto negativo. Já o α_1 irá capturar o reconhecimento do retorno econômico pelo lucro somente para resultados negativos. Dessa forma, na presença de conservadorismo, espera-se que α_1 apresente sinal positivo e significativo.

A diferença $|\alpha_3| - |\alpha_2|$ mede a velocidade do reconhecimento assimétrico entre as “boas” e “más” notícias, em que valores positivos indicam maior conservadorismo (Antunes & Mendonça, 2008). O coeficiente α_2 captura o reconhecimento positivo e negativo do retorno econômico pelo lucro contábil (Costa *et. al.*, 2006; Santos & Costa, 2008)

Assim, para capturar a oportunidade e conservadorismo contábil nas empresas, após a adoção das IFRS, foi adicionada à equação 1 uma variável binária (*IFRS*), que assume 1 se, no ano em referência já estava em vigor a aplicação das normas internacionais e zero caso contrário e sua interação com as variáveis do modelo original.

$$\begin{aligned} \frac{Luc_{i,t}}{P_{i,t-1}} = & \alpha_0 + \delta_t + \alpha_1 D_{i,t} + \alpha_2 \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \alpha_3 D_{i,t} * \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \alpha_4 IFRS * \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} \\ & + \alpha_5 IFRS * D_{i,t} * \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \varepsilon_{i,t} \end{aligned} \quad (2)$$

Na equação 2, o coeficiente α_5 captura a diferença no conservadorismo das empresas no período anterior à adoção das normas internacionais em relação ao período após adoção. Na hipótese de conservadorismo condicional, espera-se que α_5 seja positivo e estatisticamente significativo e maior que α_3 .

No intuito de ampliar o estudo de mensuração do grau de conservadorismo e dar maior robustez aos testes, optou-se por testar a hipótese também como modelo de Ball e Shivakumar (2005), seguindo a metodologia encontrada na literatura (Antunes, Galdi, Azevedo & Mendonça, 2008; Mendonça, Costa, Galdi & Funchal, 2010). Esse modelo apresenta-se diferente do modelo de Basu (1997), que emprega o preço das ações, enquanto no modelo de Ball e Shivakumar (2005) são empregadas apenas variáveis contábeis, sendo o conservadorismo relacionado com a ocorrência ou não da reversão dos resultados contábeis. Assim os autores argumentaram que esse modelo teria a vantagem de fornecer uma especificação adequada para identificar os componentes transitórios do resultado.

$$\Delta NI_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 D\Delta NI_{i,t-1} + \beta_2 \Delta NI_{i,t-1} + \beta_3 D\Delta NI_{i,t-1} * \Delta NI_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

Em que $\Delta NI_{i,t}$ é a variação do lucro líquido da empresa i do ano $t-1$ para o ano t , deflacionado pelo total do ativo no início do período t ; $D\Delta NI_{i,t-1}$ é uma variável binária que assume o valor 1 se $\Delta NI_{i,t-1}$ for negativo e zero caso contrário. $\Delta NI_{i,t-1}$ é a variação do lucro líquido da empresa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$.

Da mesma forma que foi modificado o modelo de Basu (1997), modificou-se a equação 3, inserindo a variável binária *IFRS* adaptando o modelo para capturar o efeito da convergência às normas internacionais de contabilidade:

$$\begin{aligned} \Delta NI_{i,t} = & \beta_0 + \delta_t + \beta_1 D\Delta NI_{i,t-1} + \beta_2 \Delta NI_{i,t-1} + \beta_3 D\Delta NI_{i,t-1} * \Delta NI_{i,t-1} + \beta_4 IFRS \\ & + \beta_5 IFRS * D\Delta NI_{i,t-1} + \beta_6 IFRS_{i,t} * \Delta NI_{i,t-1} + \beta_7 IFRS_{i,t} * D\Delta NI_{i,t-1} * \Delta NI_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t} \end{aligned} \quad (4)$$

No modelo, o coeficiente α_2 indica se existe reversão dos resultados contábeis positivos no período (antes da convergência). As variações positivas tendem a tornar-se componente persistente do lucro contábil, dado o maior nível de exigências no grau de verificabilidade no reconhecimento das “boas” notícias (Antunes *et al.*, 2008). Assim, espera-se que esse coeficiente não seja significativo. O β_3 por sua vez, indica a existência de reversão dos resultados negativos. Nesse caso, a baixa verificabilidade para reconhecimento das “más” notícias tende a tornar as variações negativas em componentes transitórios do lucro contábil (Antunes *et al.*, 2008). Desse modo, espera-se que esse coeficiente seja significativo e negativo.

No modelo, β_6 e β_7 medem o conservadorismo após a adoção das IFRS, indicando se a persistência das variações positivas (β_6) e negativas (β_7) do resultado após a adoção das normas internacionais é diferente das variações observadas no período anterior à convergência. Assim, espera-se que $\beta_7 > 0$ e mais negativo que β_3 indicando que após a adoção das normas internacionais houve uma redução no grau de reconhecimento das perdas decorrentes das “más” notícias.

Resultados

A Tabela 1 apresenta os resultados da equação 2. No Painel A, são apresentados os resultados considerando a primeira fase da convergência às normas internacionais no Brasil e no Painel B, os resultados após a adoção do *full* IFRS.

Tabela 1

Resultados do teste pelo modelo adaptado de Basu (1997)

$$\frac{Luc_{i,t}}{P_{i,t-1}} = \alpha_0 + \delta_t + \alpha_1 D_{i,t} + \alpha_2 \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \alpha_3 D_{i,t} * \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \alpha_4 IFRS * \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \alpha_5 IFRS * D_{i,t} * \frac{RE_{i,t}}{P_{i,t-1}} + \varepsilon_{i,t}$$

Painel A - Primeira fase da convergência (adoção dos CPCs de 1 a 14)				
Coeficientes	Sinal Esperado	Valor	p-valor	Significado Econômico do coeficiente/sinal esperado
α_0	?	25,26	0,000	Não possui significado teórico/econômico.
α_1	-	-19,11	0,103	Se significativo, a informação contábil é transmitida em tempo hábil. Indica que o lucro contábil é mais sensível aos resultados negativos que aos positivos.
α_2	+	5,26**	0,042	Quando positivo e significativo, indica relação direta entre o lucro e o retorno. O lucro incorpora o resultado econômico, ou seja, oportunidade do lucro em capturar o efeito das boas e más notícias. Antes da adoção das IFRS.
α_3	+	-3,48	0,179	Quando significativo, indica que o lucro contábil, antes da adoção das IFRS, incorpora mais significativamente o retorno econômico negativo que o positivo. Presença de conservadorismo.
$ \alpha_3 - \alpha_2 $	+	-1,78	-	
α_4	+	-16,50	0,125	Quando positivo e significativo, indica relação direta entre o lucro e o retorno. O lucro incorpora o resultado econômico, ou seja, oportunidade do lucro em capturar o efeito das boas e más notícias. Após adoção das IFRS.
α_5	+	37,38	0,283	Quando significativo, indica que o lucro contábil, antes da adoção das IFRS, incorpora mais significativamente o retorno econômico negativo que o positivo. Presença de conservadorismo.
$ \alpha_5 - \alpha_4 $	+	20,88	-	
N.º de observações: 3.236				
Painel B - Adoção do full IFRS				
Coeficientes	Sinal Esperado	Valor	p-valor	Significado Econômico do coeficiente/sinal esperado
α_0	?	22,87	0,001	Não possui significado teórico/econômico.
α_1	-	-17,69	0,104	Se significativo, a informação contábil é transmitida em tempo hábil. Indica que o lucro contábil é mais sensível aos resultados negativos que aos positivos.
α_2	+	4,74***	0,065	Quando positivo e significativo, indica relação direta entre o lucro e o retorno. O lucro incorpora o resultado econômico, ou seja, oportunidade do lucro em capturar o efeito das boas e más notícias. Antes da adoção das IFRS.
α_3	+	-2,96	0,250	Quando significativo, indica que o lucro contábil, antes da adoção das IFRS, incorpora mais significativamente o retorno econômico negativo que o positivo. Presença de conservadorismo.
$ \alpha_3 - \alpha_2 $	+	-1,78	-	
α_4	+	-15,68	0,486	Quando positivo e significativo, indica relação direta entre o lucro e o retorno. O lucro incorpora o resultado econômico, ou seja, oportunidade do lucro em capturar o efeito das boas e más notícias. Após adoção das IFRS.
α_5	+	48,82	0,356	Quando significativo, indica que o lucro contábil, antes da adoção das IFRS, incorpora mais significativamente o retorno econômico negativo que o positivo. Presença de conservadorismo.
$ \alpha_5 - \alpha_4 $	+	33,14	-	
N.º de observações: 3.236				

Em que: *, **, *** são estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente.

Os resultados indicam que o lucro contábil incorpora significativamente o resultado econômico, ou seja, as más notícias são incorporadas pelo lucro oportunamente antes da adoção das IFRS (α_2 significativo e positivo) para o período da primeira fase de convergência, bem como para período da adoção do full IFRS.

Entretanto, no que diz respeito ao grau de conservadorismo condicional, o coeficiente α_3 apresentou-se negativo e não significativo, indicando que não foram encontradas evidências de práticas conservadoras antes da adoção das normas internacionais corroborando a literatura (Christensen, Lee, Walker & Zeng, 2015; Santos *et. al.*, 2011; Santos & Costa, 2008; Paananen & Lin, 2009). Não foi encontrada evidência de conservadorismo após a adoção parcial das normas internacionais (α_5 não significativo). Para o período após a adoção do *full* IFRS, os resultados encontrados também não evidenciaram a presença de práticas conservadoras (α_3 e α_5 não significativo).

Testando a hipótese do estudo a partir do modelo de Ball e Shivakumar (2005), a Tabela 2 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 2

Resultados do teste pelo modelo adaptado de Ball e Shivakumar (2005)

$$\Delta NI_{i,t} = \beta_0 + \delta_t + \beta_1 D\Delta NI_{i,t-1} + \beta_2 \Delta NI_{i,t-1} + \beta_3 D\Delta NI_{i,t-1} * \Delta NI_{i,t-1} + \beta_4 IFRS + \beta_5 IFRS * D\Delta NI_{i,t-1} + \beta_6 IFRS_{i,t} * \Delta NI_{i,t-1} + \beta_7 IFRS_{i,t} * D\Delta NI_{i,t-1} * \Delta NI_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$$

Painel A - Primeira fase da convergência (adoção dos CPCs de 1 a 14)				
Coeficientes	Sinal Esperado	Valor	p-valor	Significado Econômico do coeficiente/sinal esperado
β_0	?	-0,45**	0,000	-
β_1	?	0,15**	0,044	-
β_2	0	3,26**	0,050	Espera-se que seja zero em razão da persistência dos ganhos decorrentes das boas notícias. A informação contábil positiva antes da adoção das IFRS é persistente, se $\alpha_2 = 0$.
β_3	-	-3,26**	0,051	A informação contábil negativa antes da adoção das IFRS é transitória, se α_3 for negativo e significativo.
β_4	?	0,07	0,888	-
β_5	?	-1,07	0,363	-
β_6	?	59,82*	0,002	-
β_7	-	-59,36*	0,002	A informação contábil negativa após a adoção das IFRS é transitória, se α_7 for negativo e significativo.
N.º de observaç				
Painel B - Adoção do <i>full</i> IFRS				
Coeficientes	Sinal Esperado	Valor	p-valor	Significado Econômico do coeficiente/sinal esperado
β_0	?	-0,21	0,311	-
β_1	?	-0,17	0,265	-
β_2	0	-9,24	0,171	Espera-se que seja zero em razão da persistência dos ganhos decorrentes das boas notícias. A informação contábil positiva antes da adoção das IFRS é persistente, se $\alpha_2 = 0$.
β_3	-	9,25	0,171	A informação contábil negativa antes da adoção das IFRS é transitória, se α_3 for negativo e significativo.
β_4	?	0,31	0,418	-
β_5	?	0,45	0,281	-
β_6	?	42,37*	0,000	-
β_7	-	84,62	0,399	A informação contábil negativa após a adoção das IFRS é transitória, se α_7 for negativo e significativo.
N.º de observações: 3.200				

Em que: *, **, *** são estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente.

Os resultados encontrados no modelo de Ball e Shivakumar (2005) apresentam evidências de conservadorismo na primeira fase da convergência às normas internacionais ($\beta_3 < 0$ e estatisticamente significativo), indicando o reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos, ou seja, as perdas econômicas são componentes transitórios do lucro e sofrem reversão em período subsequente. Destaca-se que, após a adoção parcial nessa primeira fase de convergência, ocorreu um aumento significativo do grau de conservadorismo contábil ($\beta_7 < \beta_3$ e mais negativo). Isso corrobora, em parte, a literatura existente (Barth *et al.*, 2008; Liu & Liu, 2007).

Uma possível explicação para o aumento do conservadorismo condicional na primeira fase de implantação das IFRS foi a adoção de normas que impactam diretamente o resultado da empresa, tais como as normas de Redução de Ativos ao Valor Recuperável (CPC 01) e Ativo Intangível (CPC 04), esta última proíbe a capitalização de despesas antes passíveis de lançamento no Diferido (Santos, 2010).

No período de adoção das *full* IFRS, os resultados observados não evidenciaram a presença de práticas conservadoras, uma vez que os valores encontrados não são significativos estatisticamente.

Acredita-se que esse resultado pode ser em decorrência de que, apesar de o processo de convergência estar em andamento desde 2008, ainda há um caminho a ser percorrido para alcançar o atendimento da totalidade de exigências das normas internacionais (Oliveira & Lemes, 2008). Adicionalmente, pode justificar esses resultados como consequência da alta concentração acionária do mercado de capitais brasileiro, que, com o acionista controlador considerado *insider*, pode não demandar informações externas com maior qualidade (Antunes *et al.*, 2008)

Considerações Finais

A presente pesquisa investigou evidências de alteração no grau de conservadorismo condicional nos demonstrativos contábeis divulgadas pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA, após a adoção das *International Financial Reports Standards* (IFRS).

Os resultados encontrados não evidenciaram alteração no grau de conservadorismo condicional nos demonstrativos financeiros divulgados no período de adoção obrigatória das normas internacionais. No entanto, antes da adoção e no período da primeira fase da convergência às normas internacionais, foram encontradas evidências de práticas conservadoras e um aumento do grau de conservadorismo a partir de 2008, com a adoção dos primeiros 14 CPCs, quando analisado pelo modelo de Ball e Shivakumar (2005).

O resultado pode ser decorrente da aplicação, na primeira fase, de normas que geraram grande impacto sobre o resultado líquido das empresas, como a redução ao valor recuperável e a proibição de capitalização das despesas. Ainda, ressalta-se que o resultado possa ser em decorrência da alta concentração acionária das empresas brasileiras, que funcionam como elemento de governança corporativa regulando o comportamento oportunístico dos gestores. Pode-se salientar, ainda, que, dado o curto prazo da adoção das normas internacionais no mercado brasileiro, não foi alcançado um maior nível de atendimento às exigências das normas internacionais de contabilidades por parte das empresas.

Sugere-se para futuras pesquisas a aplicação de outras métricas de qualidade da informação contábil, como persistência do lucro e a qualidade dos *accruals*, *earnings smoothness*, no intuito de verificar a influência da adoção das normas internacionais no mercado de capitais brasileiro.

Referências

- Antunes, G. A.; Galdi, F. C.; Azevedo, F. B. & Mendonça, M. (2008). *Instrumentos contábeis de proteção aos recursos públicos investidos nas sociedades de economia mista: uma investigação empírica*. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo-SP, Brasil, 8º.
- Antunes, G. A. & Mendonça, M. M. de (2008). *Impacto da adesão aos níveis de governança da BOVESPA na qualidade da informação contábil: uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel*. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional dos programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Salvador-BA, Brasil, 2º.
- Ball, R. & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of accounting and economics*, 39(1), pp. 83-128. doi:10.1016/j.jacceco.2004.1004.1001.
- Barth, M. E.; Landsman, W. R. & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), pp. 467-498. doi: 410.1111/j.1475-1679X.2008.00287.x.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of accounting and economics*, 24(1), pp. 3-37. doi:10.1016/S0165-4101(1097)00014-00011.
- Christensen, H. B.; Lee, E.; Walker, M. & Zeng, C. (2015). Incentives or Standards: What Determine Accounting Quality Changes Around IFRS Adoption? *European Accounting Review*, 24(1), pp. 31-61. doi: 10.1080/09638180.09632015.01009144.
- Costa, F. M. da; Lopes, A. B. & Costa, A. C. D. O. (2006). Conservadorismo em cinco países da América do Sul. *R. Cont. Fin. – USP, São Paulo*, 17(41), pp. 7-20. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772006000200002>
- Daske, H.; Hail, L.; Leuz, C. & Verdi, R. (2008). Mandatory IFRS reporting around the world: Early evidence on the economic consequences. *Journal of accounting research*, 46(5), pp. 1085-1142. 1010.1111/j.1475-1679X.2008.00306.x.
- Dechow, P.; Ge, W. & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2), pp. 344-401. doi:310.1016/j.jacceco.2010.1009.1001.
- Feltham, G. A. & Ohlson, J. A. (1995). Valuation and clean surplus accounting for operating and financial activities*. *Contemporary accounting research*, 11(2), pp. 689-731. doi: 610.1111/j.1911-3846.1995.tb00462.x.
- Grecco, M. C. P.; Geron, C. M. S. & Formigoni, H. (2009). *O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras*. Anais do Congresso Brasileiro de Custos. Fortaleza-CE, Brasil. 16.
- Hellman, N. (2011). Soft adoption and reporting incentives: A study of the impact of IFRS on financial statements in Sweden. *Journal of International accounting research*, 10(1), p.p.61-83. <http://dx.doi.org/10.2308/jiar.2011.2310.2301.2361>.
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. (1999). *Teoria da contabilidade*. tradução de Antônio Zoratto. 5ª ed., São Paulo, Atlas.
- LaPorta, R.; López-de-Silanes, F.; Shleifer, A. & Vishny, R. W. (1998). Law and finance. *Journal of Political Economy*, 106(6), pp. 1113-1155. <http://dx.doi.org/1110.1086/250042>.
- Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (1976). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF. Recuperado em 18 outubro, 2013, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>

- Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF. Recuperado em 18 outubro, 2013, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>
- Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. (2009). Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis n.º 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis n.º 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis n.º 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos n.º 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 18 outubro, 2013, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37>
- Liu, J., & Liu, C. (2007). Value relevance of accounting information in different stock market segments: the case of Chinese A-, B-, and H-shares. *Journal of International Accounting Research*, 6(2), pp. 55-81. <http://dx.doi.org/10.2308/jiar.2007.2306.2302.2355>
- Mendonça, M. M. de; Costa, F. M. da; Galdi, F. C. & Funchal, B. (2010). O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas brasileiras que emitiram ADRs. *Revista Contabilidade & Finanças*, 21(52).
- Oliveira, V. A. de & Lemes, S. (2008). *Estudo do Nível de Convergência dos Princípios Contábeis Brasileiros e Norte-Americanos às Normas do IASB*. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo-SP, Brasil, 8º.
- Paananen, M. & Lin, H. (2009). The development of accounting quality of IAS and IFRS over time: The case of Germany. *Journal of International Accounting Research*, 8(1), pp. 31-55. <http://dx.doi.org/10.2308/jiar.2009.2308.2301.2331>.
- Paulo, E.; Antunes, M. T. P. & Formigoni, H. (2006). Estudo sobre o conservadorismo nas companhias abertas e fechadas brasileiras. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Salvador-BA, Brasil, 30.
- Penman, H. & Zhang, X. (2002). Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. *The Accounting Review*, 77(2), pp. 237-264. <http://dx.doi.org/10.2308/accr.2002.2377.2302.2237>
- Saiki, T. G. & Antunes, M. T. P. (2010). Reconhecimento de ativos intangíveis em situação de business combinations: um exemplo prático da aplicação dos CPC 04 e CPC 15. *Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços*(46).
- Santos, L. S. R. dos & Costa, F. M. da (2008). Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas Brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. *R. Cont. Fin. • USP • São Paulo*, 19(48), pp. 27-36. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772008000300003>

- Santos, E. S. & Sales e Cia, J. N. d. (2009). Impactos esperados da harmonização internacional no lucro das empresas brasileiras, na proxy dos ajustes BRGAAP/USGAAP reportados pelas emissoras de ADRs na NYSE. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(6), pp. 57-80.
- Santos, E. S. (2010). Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS nas empresas abertas: um exame censitário dos ajustes ao resultado nas DFPs de 2008. Anais do Encontro Da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 34.
- Santos, L. P. G. dos; Lima, G. A. S. F. de; Freitas, S. C. de& Lima, I. S. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 22(56), pp. 174-188. <http://dx.doi.org/110.1590/S1519-70772011000200004>.
- Soderstrom, N. S. & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: a review. *European Accounting Review*, 16(4), pp. 675-702. doi: 610.1080/09638180701706732.
- Watts, R. L. (2003a). Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. *Accounting horizons*, 17(3), pp. 207-221. <http://dx.doi.org/210.2308/acch.2003.2317.2303.2207>.
- Watts, R. L. (2003b). Conservatism in accounting part II: Evidence and research opportunities. *Accounting horizons*, 17(4), pp. 287-301. <http://dx.doi.org/210.2308/acch.2003.2317.2304.2287>.